



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE LUZIÂNIA
PEDAGOGIA

SAMANTHA KHEIT DE OLIVEIRA

TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL
UM ESTUDO A PARTIR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LUZIÂNIA – GO

2016

SAMANTHA KHEIT DE OLIVEIRA

TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL
UM ESTUDO A PARTIR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – UEG Câmpus Luziânia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Manoel Adão

LUZIÂNIA – GO

2016

SAMANTHA KHEIT DE OLIVEIRA

TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL: Um estudo a partir dos anos iniciais do ensino fundamental

Monografia defendida e aprovada em _____ de _____ de 2016, pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Jorge Manoel Adão
Orientador

Prof. Me. Maria Eneida da Silva
Avaliador (a)

Prof. Me. Leonardo Vivaldo da Silva
Avaliador

LUZIÂNIA-GO

2016

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me guia em todos os caminhos; dedico também ao meu filho Miguel de Oliveira Alsteen, que é minha fortaleza; e, a minha mãe Maria José de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me faz realizar um sonho e que guia a minha vida, e que me ergue com sua mãos poderosas nas etapas difíceis.

A minha mãe Maria José de Oliveira por me incentivar e acreditar no meu sucesso e sempre me colocar para cima nos momentos de aflições.

Aos colegas do curso de Pedagogia UEG - Câmpus Luziânia, pelos momentos especiais partilhados.

Agradeço a Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Luziânia e a todos os professores em especial ao professor Me. Leonardo Vivaldo do curso de Pedagogia, em especial ao meu orientador Dr. Professor Jorge Manoel Adão.

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo, de abordagem qualitativa, teve como objetivo principal compreender como ocorre a utilização de tecnologias contemporâneas na Educação Especial nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental? Diante disso, buscou-se uma conhecer, por meio de entrevista realizada na Escola Municipal D'alva VII – Professora Geralda Divina Lopes Neto, localizada em Luziânia no Estado Goiás. Em nível teórico foram abordados os principais conceitos e o que existem disponível e utilizado de tecnologias contemporâneas no contexto da educação, em especial nessa temática. Os resultados encontrados nos possibilitam informar que esses recursos são pouco conhecidos, disponibilizados e utilizados na escola. Como referências, utilizo, em especial, alguns autores que abordam os conceitos pertencentes a esse trabalho como Pierre Lévy (1999); Bahia (1998); Minguet (1998); e, a Declaração de Salamanca (1994), Declaração mundial de Educação para todos(1990).

Palavras-chave: Educação; Educação Especial; Tecnologia

ABSTRACT

The present study, with a qualitative approach, had as main objective to understand how the use of contemporary technologies in Special Education occurs in the Initial Years of Elementary Education? In this way, we sought to know, through an interview conducted at the Municipal School D'alva VII - Geralda Divina Lopes Neto, located in Luziânia in the State of Goiás. At the theoretical level, the main concepts were discussed and what is available and used Of contemporary technologies in the context of education, especially in this area. The results found allow us to inform that these resources are little known, made available and used in school. As references, I use, in particular, some authors that approach the concepts belonging to this work as Pierre Lévy (1999); Bahia (1998); Minguet (1998); e, a Declaração de Salamanca (1994), Declaração mundial de Educação para todos(1990).

Keywords: Education; Special education; Technology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL	11
1.1 Educação Especial.....	12
1.2 Ações e projetos governamentais.....	14
1.3 Tecnologias contemporâneas e Educação Especial no estado de Goiás ...	16
2 ABORDAGEM TEÓRICA	17
2.1 Principais Conceitos	17
2.2 Referencial teórico	21
2.3 Metodologia utilizada	24
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA	26
3.1 Escola Municipal Dalva VII Professora Geralda Divina Lopes Neto	26
3.2 Descrição e Análise da pesquisa	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APENDICE	40
ANEXOS	41

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a importância da tecnologia na área da educação é muito debatida e, quando falamos de Educação Especial a tecnologia se torna quase obrigatória; uma vez que muitas pessoas dependem desse meio para ter acesso ao aprendizado e adquirir as competências básicas e de direito de todo cidadão. Aliar tecnologia à Educação Especial é garantir o direito de acesso ao conhecimento, dando ao indivíduo uma chance de mostrar seu potencial como qualquer cidadão.

Conhecer quais são as tecnologias contemporâneas existentes e acessíveis às crianças da escola pública é o ponto de partida desse trabalho, no qual, procuro compreender como ocorre a inclusão e o desenvolvimento de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

O estudo do tema “Tecnologia Contemporânea e Educação Especial” surgiu pela inquietação de saber como se dá a inclusão e o desenvolvimento de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Assim, neste trabalho procuro aprofundar o meu conhecimento sobre tal assunto e saber como ele é tratado dentro da escola?

O Termo “aluno com necessidades educacionais especiais” foi adotado mediante pesquisa em vários documentos da educação disponível no *site* do Ministério da Educação (MEC), no qual foi encontrado tal termo no Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (Resolução nº2, de 11 de Setembro de 2001, com base no Parecer CNE/CEB nº17/2001, homologado pelo MEC em 15 de agosto de 2001).

Minha inquietação foi saber: como ocorre a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas escolas públicas do município de Luziânia, estado de Goiás – (GO); o que se tem debatido sobre este assunto no meio acadêmico?; quais os recursos pedagógicos existentes para esses alunos e como estão sendo utilizados?; e, se o Estado disponibiliza algum desses recursos, se disponibiliza, quais são eles e se é proporcionado curso de formação específica para os professores constantemente?

Este trabalho objetiva investigar como estão sendo utilizadas as tecnologias contemporâneas para o desenvolvimento escolar do aluno Portador de Necessidade Educacional Especial (PNEE) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública do município de Luziânia – GO. E, possui como objetivos específicos:

(a) analisar como se dá o processo de inclusão do aluno especial na escola; (b) identificar se há recursos pedagógicos específicos para o desenvolvimento escolar de alunos com necessidades especiais; (c) e, conhecer quais e como são utilizados os recursos tecnológicos disponibilizados pelo o Governo para o processo de inclusão do aluno especial. Tudo isso por meio de pesquisa qualitativa, com coleta de dados por entrevista semiestruturada com professores e gestores feita em uma escola pública municipal de Luziânia - GO.

I TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL

As tecnologias são construções humanas que tem por objetivo facilitar a vida dos seres humanos. Elas trazem variadas inovações e mudam significativamente a vida social e educacional. Atualmente, novas criações tecnológicas surgem a todo momento, fazendo com que aquilo que era novo a pouco se torne antigo e ultrapassado. Sendo que essas tecnologias permitem novos estilos de raciocínio e conhecimento, por meio de navegação em *softwares* (PIERRE LÉVY, CIBERCULTURA: 1999).

Para Pierre Lévy (1999), o surgimento veloz de novas esferas do saber exige cada vez mais dos profissionais da educação, pois essas mudanças no processo de aprendizagem exigem um saber sempre renovado, onde o professor não é apenas transmissor do conhecimento, mas também produtor; onde para que essa produção ocorra é necessário à ampliação dos elementos funcionais humanos tais como a memória, a imaginação e a percepção. Estas tecnologias integram os professores em uma cultura tecnológica contemporânea, em que seus planejamentos devem estar inseridos instrumentos de multimídias, deixando as aulas mais descontraídas, divertidas e ilustradas; mostrando ao aluno que para aprender não é preciso usar métodos mecânicos e de memorização, quebrando a rotina para a contribuição de novos conhecimentos (CHAMPAGNAT, 2004, 245-253).

As tecnologias contemporâneas estão presentes no dia a dia da sociedade e das escolas e por isso, as políticas educacionais e os projetos do governo estão estimulando e viabilizando cada vez mais esta realidade e têm sido de grande importância para o desenvolvimento escolar dos alunos; lembrando que é possível alfabetizar sem ela; no entanto, falar que ela é essencial para a educação é equivoco, pois é possível alfabetizar sem tecnologias avançadas (BRASIL, PCN13, 1997).

Mas com o uso das tecnologias a alfabetização se torna lúdica e dinâmica, tornando as aulas mais interessantes e divertidas, pois os alunos em geral tem acesso às tecnologias e se elas estiverem aliadas as aulas eles passaram a querer conhecer melhor o que estão estudando. Quando se remete a tecnologia aplicada ao desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais, mas não somente voltadas a sua dificuldade específica, ou para a educação, pois sendo bem

utilizadas essas tecnologias serão grandes aliadas na formação acadêmica. (BRASIL. MEC, 1957).

No Brasil algumas cidades já desfrutam das Tecnologias Educacionais na rede pública de ensino, principalmente nas grandes capitais. Mas o Brasil ainda enfrenta obstáculos, como a falta de estrutura das escolas, a dificuldade ao acesso a essas tecnologias e a falta de preparo dos professores e gestores (BRASIL. IBGE, 2014).

O Ministério da Educação lançou, em 2009, um Guia de Tecnologias educacionais, composto por informações que auxiliam na gestão educacional como um todo, esse guia foi criado para impulsionar o sistema público de ensino na busca por tecnologias educacionais e programas educativos de qualidade.

A Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT, 1940) também atua nesta área e tem como objetivo a ampliação do uso das tecnologias educacionais no processo de ensino e aprendizagem de todo o país. Segundo a ABT (2013), ainda há resistência de alguns profissionais da educação, que temem ser substituídos pela tecnologia. Mas é preciso saber que "tecnologia é apoio e não substituição da ação". (id.ib., p.13).

1.1 Educação Especial

A Educação Especial no Brasil: surgiu no século XIX, por ações particulares que procuravam atender pessoas com algum tipo de deficiência, sendo ela física, sensorial ou intelectual; porém estas iniciativas não estavam ligadas as políticas públicas e só passou a fazer parte do sistema educacional um século depois. O poder público assumiu a Educação Especial em 1957, onde neste mesmo ano foi instituída a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), outras campanhas parecidas foram criadas mais tarde para atender à outras deficiências. E assim foram instituídas novas propostas pelo Ministério da Educação (MEC).

Dados do Ministério da Educação (MEC) apontam que houve um aumento de cerca de 198% de professores com formação em Educação Especial; onde, no ano de 2013 havia 3.691 professores especializados; já em 2014 esse número chegou a 97.459. Sabe-se que hoje o MEC financia e apoia os Estados, Municípios e o Distrito federal, oferecendo recursos para a formação de professores.

Consta na Diretoria de Políticas da Educação do MEC que todo e qualquer aluno com qualquer que seja a dificuldade educacional tem o direito de matrícula em escolas regulares seja ela pública ou privada. Esse direito ainda é pautado na Constituição Federal de 1988; no Artigo 208, o direito ao atendimento educacional especializado.

A Nota Técnica da Constituição Federal (Brasil, 1988) afirma que compete ao MEC reconhecer, credenciar e autorizar as instituições privadas de Educação Especial superior e toda rede federal, e que fica sob a responsabilidade da Diretoria de Políticas de Educação Especial, com o apoio do Ministério Público Federal, acompanhar os processos relativos a recusa de matrícula em qualquer instituição. Nas redes municipal, estadual e distrital (Distrito Federal), esta competência é das Secretarias de Educação, que devem fazer a análise sobre a recusa dessas matrículas em instituições escolares, e sob sua regulação. As instituições públicas ou privadas que se negarem a matricular os estudantes com deficiência, qualquer que seja ela, estarão sujeitas a multa.

A Educação Especial é uma das modalidades da Educação Nacional que amplia o sistema educacional em todos os níveis de ensino, oferecendo como um conjunto de serviços e recursos especializados para complementar o processo de ensino e aprendizagem. No texto da Portaria nº 1.285 da constituição Federal foi identificado a seguinte nota que chama a atenção para o estudo das pesquisas deste trabalho,

[...] a Informática pode ser caracterizada como instrumento para a ampliação de linguagens e, também, como disciplina potencializadora dessa caracterização. Cada Unidade Escolar assumirá a tendência mais apropriada. [...] (BAHIA, 1998).

Assim, o uso de recursos didáticos e de ambientes digitais, bem como o uso da informática, propostas neste trabalho, podem ser usados no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Necessidades Educacionais Especiais; disponibilizando recursos e técnicas básicas necessárias para complementação de sua formação.

Nas últimas décadas, observa-se um crescente número de projetos envolvendo a informática e Tecnologias, estas aparecem como novas possibilidades no ensino de todos os níveis. O MEC juntamente com os Estados e Prefeituras e o Distrito Federal está promovendo a diminuição da distância do cidadão comum ao uso das Tecnologias e a inclusão digital como direito do cidadão. É uma das

principais metas para o desenvolvimento do ensino no país dentro de um projeto maior para a sociedade brasileira.

Se observamos, poderemos perceber que a maioria das escolas públicas não conta com muitos recursos tecnológicos, principalmente as escolas de periferias e das cidades de interiores, onde quase sempre não é disponível nem mesmo rede telefônica ou de internet. Sabe-se que onde há disponível algum tipo de tecnologia contemporânea nas escolas de rede pública, contam-se praticamente com apenas uma televisão e um DVD. Algumas ainda contam com máquina de *fotocópia* e *data show*.

A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) aponta que diretores e administradores de escolas têm um papel significativo quanto ao respeito da autonomia de alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, por meio de adequado treinamento, a partir da diversificação de ações e recursos. Os gestores têm por responsabilidade intervir para a criação de projetos e adquirir recursos pedagógicos voltados para os alunos que estão presentes em sua escola, viabilizando melhores resultados na aprendizagem e na inclusão com os outros alunos e uma melhor comunicação com os professores.

1.2 Ações e projetos governamentais

Alguns programas que buscam incentivar a implementação do uso de Tecnologias Contemporâneas nas escolas, universidades e na sociedade em geral. O estímulo e promoção do uso de tais tecnologias nas escolas ocorre desde a década de 1981, época em que surgiram os seguintes programas: Educação e Computador (Educom), Formar, Proinfe e Proinfo.

O EDUCOM foi criado em 1983 e tinha por objetivo estimular o uso de computadores em Universidades. O projeto FORMAR teve duas edições (a primeira criada em 1987 e a segunda em 1989), e tinha por objetivo formar recursos humanos para o trabalho de informática educacional e estava vinculado a estes os Centros de Informática Educacional, existente em 17 Estados brasileiros. Com o objetivo da criação de laboratórios e centros de capacitação de professores o PROINFE foi implantado pelo MEC no ano de 1989. O PROINFO, tinha por objetivo dar apoio e estimular o uso de tecnologia informática nas escolas de níveis fundamentais e médios de todo o país e foi implantado pelo MEC em 1997.

As parcerias entre o MEC e outros Ministérios, governos estaduais, municipais, do Distrito Federal e outras organizações pretendem impulsionar o

avanço do uso das tecnologias. E, a partir deste foi criado o FUST11 - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação, onde os recursos serão obtidos por meio da cobrança de 1% do movimento das operadoras do sistema de telefonia de todo o país, recursos esses que visam estimular e permitir o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação. (Brasil, MEC 1997)

O MEC orienta ainda que seja criada uma ação que integre as atividades educacionais de acordo com as propostas atuais da educação, descritas nos PCN, pretendendo envolver todos os setores da educação, levando em conta o interesse da participação da comunidade no mundo da informática dentro e fora das escolas; colaborando para um desenvolvimento educacional de qualidade. (Brasil, MEC 1997)

A orientação do MEC é para que haja uma ação integrada das atividades educacionais de acordo com as atuais propostas educacionais descritas nos PCN12. Com esta política, o MEC pretende envolver todos os setores da educação, observando-se um interesse de que a informática chegue às escolas e comunidades, o que tem colaborado para o crescente ganho de forças no uso da informática nas escolas.

1.3 Tecnologias contemporâneas e Educação Especial no estado de Goiás

Existe no Estado de Goiás a Gerência de Ensino Especial, que é um Programa que tem por intenção aprimorar o ensino e aprendizagem do aluno Portador de Necessidades Educacionais Especiais, se desenvolvendo por meio do Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva (PEEDI) com ações pedagógicas desenvolvidas nas salas de aulas comuns, junto com alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais no contra turno nas salas de recursos pedagógicos. Este Programa oferece suporte ao aprendizado a partir de três núcleos: (a) Rede de Apoio a Inclusão; (b) Centro de Atendimento Educacional Especializado; e (c) Núcleo de Atendimento.

Este programa também amplia a disponibilização de recursos tecnológicos para a Educação Especial, no entanto, é necessário a criação de outros programas para que se possa abranger todo o público que necessita deste atendimento especializado, ampliando suas fontes de conhecimento, comunicação e aprendizado. Disponibilizando ainda ao professor a chance de aprimorar e adquirir

conhecimento sobre a Tecnologia Educacional para pessoas com deficiência, seja qual for ela. (Secretaria de Educação do Estado - SEE, GOIÁS, 2003).

De acordo com a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), deveria haver uma capacitação originada de pesquisa em nível nacional e regional para o desenvolvimento de sistemas tecnológicos apropriados para o apoio à Educação Especial, no sentido de facilitar a livre circulação de materiais e equipamentos voltados as pessoas e as suas deficiências.

II ABORDAGEM TEÓRICA

Nos dias atuais e até mesmo em tempos antigos, todos passam por algum tipo de educação. Seja na escola, em casa ou na sociedade em geral o ser humano está em constante aprendizado, e ela pode existir livre e entre todos, onde pessoas criam maneiras de tornar comum ideias, crenças ou algo denominado de conhecimento de todos. No entanto, na maioria das vezes, é imposto por sistemas centralizados de poder, abusando da desigualdade pelos homens.

1.2 Principais Conceitos

No início, além de filósofos e matemáticos, os gregos foram guerreiros, músicos e ginastas. Assim, juntamente com os aspectos jurídico ou científico, a educação do cidadão livre era ética e artística dentro de uma cultura pouco acostumada a separar a verdade da beleza. Mais tarde, sob a influência de Sócrates é que a educação começa a ser pensada como formadora do espírito. Por muitos e muitos séculos ela aponta para a harmonia que existe na beleza do corpo ao lado da clareza da mente. Mesmo no nível da cultura letrada dos nobres, a civilização clássica não conservou sempre um único modelo ou estilo de saber, logo, de educação. Ela oscilou entre duas formas de algum modo antagônicas: a filosófica, cujo tipo dominante pode ser Platão, e a oratória cujo tipo dominante pode ser Sócrates (BRANDÃO-2010).

1.2.1 Educação

Com o passar do tempo a educação clássica deixa de ser um assunto privado, deixa de ser questão da comunidade dos nobres, e passa a ser questão de Estado, pública. Aristóteles exige do Imperador leis que regulem direitos e controlem o exercício da educação. Após das tropas de conquista de Alexandre Magno, os

gregos levam as suas escolas por todo o mundo. Elas são o meio de impedir que a distância da Pátria de origem ameace perder-se a cultura do vencedor entre os costumes e o saber dos vencidos (SANTAROSA-2012).

Uma maneira de se compreender o que é a educação é procurar ver o que dizem sobre ela pessoas como legisladores, pedagogos, professores, estudantes e outros sujeitos um tanto mais tradicionalmente difíceis de entender, como filósofos e cientistas sociais. Em um dos dicionários brasileiros mais conhecidos a educação aparece definida assim: "Ação e efeito de educar, de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais da criança e, em geral, do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino." (Caldas Aulete, 2004, p. 253).

Quando se refere a lei não muda muito. Ao pretenderem estabelecer quais os fins da educação no país, os nossos legisladores, pelo menos em teoria, garantem para todos o melhor a seu respeito. Se fala sobre o que deve determinar e controlar o trabalho pedagógico em todos os seus graus e modalidades, falam a respeito de uma educação idealizada, ou falam da educação através de uma ideologia. Ideologia segundo Marilena Chauí, (2000) é instrumento de classe, tornando possível a separação do trabalho intelectual e material. Ideologia é tornar as ideias de uma classe dominante como verdades absolutas a todas as outras dominantes.

A educação é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade.

1.2.2 Educação especial

A Educação Especial, segundo Cláudio Roberto Baptista (2014), no livro Tecnologia e Acessibilidade é apontando como uma área específica, que se caracteriza pela conjunto de propostas de ações pedagógicas, que no entanto tem sido bastante criticada por seu modo tradicional; no qual é organizada subjetivamente com o ensino regular e que acaba por impedir a integração da pessoa na sociedade assim como restringe o seu potencial de desenvolvimento.

A Educação Especial se constituiu como campo de saber e área de atuação a partir de um modelo clínico. Embora hoje bem criticado, é preciso lembrar que, como aponta Fernandes (1999), os médicos foram os primeiros que despertaram para a necessidade de escolarização dessa clientela que se encontrava abandonada nos hospitais psiquiátricos, sem distinção de idade. Onde a deficiência era entendida como uma doença crônica, e todo o atendimento prestado mesmo aquele que envolvia a área educacional era considerado terapêutico. A avaliação e identificação

eram pautadas em exames médicos e psicológicos com ênfase nos testes de inteligência, e rígida classificação etiológica. (MEC/ SEESP-2005)

Em Março de 1990 aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, nela foi estipulada a Declaração Mundial de Educação para Todos, com objetivo de uma educação adequada para toda a população nos diferentes níveis de ensino. Cerca de 150 governos adotaram esse compromisso. Essa declaração estabelece objetivos e metas para suprir as necessidades básicas de educação para crianças, jovens e adultos. Um dos objetivos é que garanta a todos uma educação de qualidade visando suas dificuldades e deficiências educacionais.

O conceito de escola inclusiva, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial implica em uma nova postura da escola regular, que deve propor no Projeto Político Pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que abranjam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atenda a todos os alunos. Porém, para oferecer uma educação de qualidade para todos, inclusive aos portadores de necessidades especiais, a escola precisa capacitar seus professores, se preparar, se organizar. O seja, “Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (MEC-SEESP, 1998, p. 40).

Ferreira e Glat (2003) afirmam que o movimento em prol da Educação Inclusiva trouxe em sua gênese uma discussão sobre qual a finalidade da Educação Especial. A classificação de diferentes tipos de deficiências começou a ser colocada em segundo plano na definição geral de Portadores de Necessidades Educativas Especiais, aumentando o número de alunos que devem receber suporte.

2.1.3 Tecnologia

Tecnologia é um produto da ciência que envolve um conjunto de instrumentos e técnicas que visam a resolução de problemas. É uma aplicação prática do conhecimento científico em diversas áreas. A palavra, que tem origem no grego *tekhne*, significa técnica, arte, ofício juntamente com o sufixo *logia* que significa estudo. As tecnologias primitivas envolvem a descoberta do fogo, a invenção da roda, a escrita, entre outras. As tecnologias medievais envolvem invenções como a

prensa móvel. As invenções tecnológicas da Revolução Industrial (século XIX) provocaram transformações no processo produtivo. A partir do século XX, as tecnologias de informação e comunicação tiveram destaque, por meio da evolução das telecomunicações, utilização dos computadores, desenvolvimento da internet e ainda, as tecnologias avançadas, que envolvem a utilização de Energia Nuclear, Nanotecnologia, Biotecnologia. Atualmente a tecnologia mais avançada é conhecida como tecnologia de ponta.

As tecnologias contemporâneas são fruto do desenvolvimento tecnológico alcançado pelo ser humano e têm papel fundamental na área da inovação. Os avanços da tecnologia provocam grande impacto na sociedade. Pelo lado positivo, a tecnologia resulta em inovações que proporcionam melhor nível de vida ao Homem, desenvolvendo até mesmo as suas áreas cognitivas; mas também traz fatores negativos, surgindo questões sociais preocupantes como o desemprego, devido a substituição do Homem pela máquina ou a poluição ambiental que exige um contínuo e rigoroso controle.

Contemporâneo é um adjetivo que faz referência ao que é do mesmo tempo, que viveu na mesma época. Contemporâneo designa quem ou o que partilha ou partilhou o mesmo tempo, o mesmo período. Contemporâneo faz referência também à época presente, o tempo atual e ao indivíduo do nosso tempo.

2.2 Referencial Teórico

Novas tecnologias e ferramentas digitais têm auxiliado o trabalho do professor em sala de aula. Aulas tradicionais são transformadas em espaços interativos onde aluno é convidado a adotar, junto com o professor, uma postura mais colaborativa. Neste sentido, porque não proporcionar isso ao aluno com necessidades educacionais especiais?

De acordo com o dicionário LUFT (BRASIL, 1998), inclusão é o ato ou efeito de incluir-se, ou seja, é fazer parte de algo, é ser inserido. E para fazer parte da escola como um todo é preciso que o aluno com Necessidade Educacional Especial tenha o olhar diferenciado, mas não como alguém que não tenha capacidade própria, mas sim que precisa de uma atenção extra, onde seja participante de todas as atividades escolares e que principalmente seja incluído em uma sala regular com todos os outros alunos. A educação inclusiva não deve ser tratada como uma

abordagem tradicional onde era sinônimo de uniformização, mas numa abordagem de atenção à diversidade e à igualdade com respeito pelas diferenças e pelas necessidades individuais, desenvolvendo as potencialidades de cada aluno Por meio de percursos individualizados de aprendizagem, respeitando as características e o ritmo de cada um. (RODRIGUES, 2003 apud RIBEIRO; BAUMEL 2003),

Segundo um documento publicado no ano de 2008 pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2008, p.29) a respeito da educação inclusiva, e que passou a orientar organização do funcionamento da Educação Especial nos sistemas educacionais brasileiros:

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e de aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se ajusta a legislação federal e relata que a educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, deve-se dar preferencialmente nas escolas públicas regulares. E, no Artigo 208 da Constituição Brasileira de 1988, garante isso a eles. (LDBEN nº.9.394 de 1996)

Conforme o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) será efetivado nas escolas, isso ocorrerá por algumas ações existentes nele uma delas é a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais, definidas como:

Espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas num novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

O termo “aluno com Necessidades Educacionais Especiais,” como já foi dito na justificativa, foi utilizado neste trabalho mediante pesquisa, onde este termo foi adotado pelo Conselho Nacional de Educação/ Câmara de educação Básica (Resolução nº2, de 11/09/2001, com base no Parecer CNE/CEB nº17/2001, homologado pelo MEC em 15/08/2001). Já que o termo educacional se remete a educar, o que a palavra necessidade não o faz. Esse termo foi reformulado no ano

de 2005 pelo CNE, com acesso a alguns outros artigos percebi que essa era a nomenclatura usada por todos os autores, por isso acredito que não tenha ocorrido modificações.

Dentre os recursos de tecnologia assistida, disponibilizados pelo Ministério da Educação nas salas de recursos multifuncionais, figuram materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa, que promovem o acesso ao currículo. Porém, de acordo com Lauand e Mendes (2008), a educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais exige o uso de serviços especializados durante boa parte ou durante toda a sua educação. Neste contexto, a tecnologia assistiva assume fundamental importância para o acesso ao currículo e para garantir a aprendizagem desses alunos. Porém, os pesquisadores afirmam que:

[...] muitas vezes os serviços de Educação Especial desconhecem ou subutilizam os recursos e equipamentos de tecnologia assistiva, o que pode ter um impacto significativo na possibilidade de inclusão, seja escolar ou social, desses alunos (LAUAND; MENDES, 2008, p.131).

Lembremos que as tecnologias Contemporâneas, não garantem por si só a escolarização do aluno. Trata-se de um conjunto de ferramentas colocados à disposição do ensino que podem contribuir efetivamente na mediação significativa entre o aluno e o conhecimento. Carvalho (2001, p. 67) afirma que:

[...] a informática e as demais tecnologias de informação e comunicação não representam um fim em si mesmas. São procedimentos que poderão melhorar as respostas educativas da escola e contribuir, no âmbito da educação especial, para que alunos cegos, surdos, com retardo mental, com paralisia cerebral, paraplégicos, autistas, multideficientes, superdotados, dentre outros, possam atingir maior qualidade nos seus processos de aprendizagem e de exercício da cidadania.

Quando falamos em tecnologias e recursos que auxiliam a criança ou adolescente com deficiência na sala de aula, devemos lembrar que eles não são recursos que magicamente farão o aluno superar suas dificuldades. As adaptações servem para auxiliar tanto o aluno como o professor, porém cada aluno tem a sua própria necessidade e por isso deve participar da escolha dos recursos também a família.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4 de 2009, estabelece as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo as classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada na rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

Para a implantação de salas multifuncionais são necessários alguns recursos básicos como: Computador, tapete quebra cabeça, esquema corporal entre outros; mas também aqueles específicos; como no caso do deficiente visual um conjunto de lupa, calculadora sonora, máquina de escrever em Braille. E ainda os que são simples, mas que sevem para a inclusão educativa de qualquer aluno como; sacolão criativo, quebra cabeça superpostos, memória de numerais, memória tátil, dominó tátil, entre outros. Mas acima dos materiais é preciso capacitação profissional tanto do professor responsável pela sala multifuncional como para todo o corpo escolar.

2.3 Metodologia utilizada

A presente pesquisa tem por objetivo contribuir para melhores práticas pedagógicas comprometidas com a educação visando, principalmente, à formação adequada de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, no qual com os variados recursos existentes eles tenham uma melhor formação e saiam da escola, capacitados para a vida e saibam exercer sua cidadania.

Leopardi (1999, p.52) afirma que:

Metodologia é o modo de agir, o caminho escolhido para o desenvolvimento da intervenção, é o conteúdo processual para a identificação dos passos para dirigir a ação, é a instrumentalização da ação. É o núcleo para a abordagem do fenômeno sobre o qual se quer agir.

Como problema e questões de pesquisa, temos: (a) Como se dá o processo de inclusão de alunos especial na escola? (b) Há recursos pedagógicos específicos para o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais? (c) Quais e como são utilizados os recursos tecnológicos disponibilizados pelo o Estado para o processo de inclusão do aluno especial?

A presente pesquisa localizasse no campo de conhecimento das Ciências Humanas, na área de avaliação da Educação e de concentração de Educação

Especial. Essa pesquisa é de abordagem qualitativa, visto que o estudo procura interpretar fenômenos sociais inseridos no contexto e tem como campo o ambiente natural em que foram coletados os dados e o pesquisador como principal instrumento, segundo Ludke e André (1986 apud Da Silva, 2014p. 13).

Este trabalho investigou como são sendo utilizadas as tecnologias para o desenvolvimento escolar do aluno especial 4º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública do município de Luziânia, estado de Goiás. Identificar se há recursos pedagógicos específicos para o desenvolvimento escolar de alunos com necessidades especiais, quais são esses se existentes, por meio Entrevista com o professor (a), e por fim analisar quais e como são utilizados os recursos tecnológicos disponibilizados pelo o Estado para o processo de inclusão do aluno especial. Por meio de pesquisa e observação do espaço escolar.

III DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA

3.1 Escola Municipal D'alva VII – Professora Geralda Divina Lopes Neto

Histórico e contexto

A cidade de Luziânia está localizada no estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil. Localiza-se a 200 km de Goiânia e aproximadamente 60 km de Brasília. A mistura de atualidade e história é o que melhor define essa cidade. A Igreja Nossa Senhora do Rosário, remanescente do século XVIII, guarda imagens de madeira daquela época e sinos de bronze. O bandeirante Antônio Bueno de Azevedo, em 13 de dezembro de 1746, encontrou ouro onde seria o povoado de Santa Luzia. As minas ali existentes atraíram mais de 10.000 migrantes. (Brasil, PPP 2016)

O Município de Luziânia (antiga Santa Luzia) tem sua origem vinculada à mineração, que no século XVIII motivou muitos sertanistas ao desbravamento das terras centrais do Brasil. No final do século XVIII, a mineração começou a declinar e muitas famílias se transferiram para a zona rural, dedicando-se à lavoura e à criação de gado. O arraial foi elevado à condição de vila em 1833 e, logo depois, à categoria de cidade em 1867. O atual nome, Luziânia, surgiu após o Decreto-Lei estadual nº 8305, de 31 de dezembro de 1943. Luziânia é o quinto município mais populoso do estado, com uma população estimada em 174.531 habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Faz parte das cidades do entorno do Distrito Federal e têm como cidades vizinhas: Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto. (Brasil, PPP 2016)

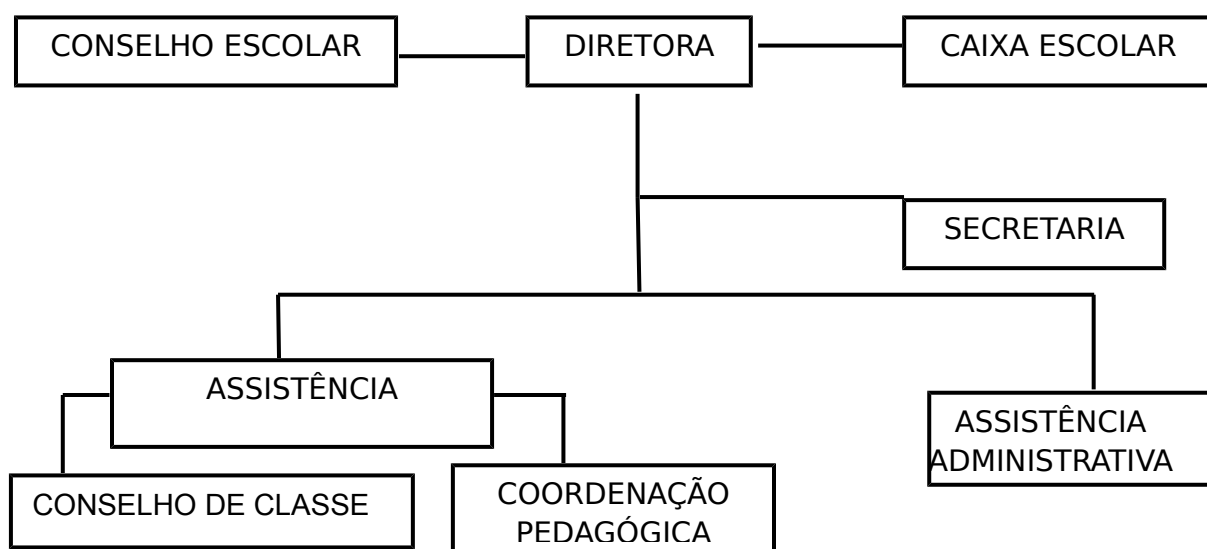
Criada em 1978, a Escola Municipal Estrela Dalva VII veio suprir a carência de unidades de ensino na região em que se localiza, haja vista que todas as crianças em idade escolar tinham que se deslocar para outras escolas e bairros. A escola foi doada pela empresa Queiroz Imóveis ao município, a unidade escolar passou a atender alunos oriundos de diversos bairros próximos e integra as unidades de ensino do município de Luziânia. A partir da sua criação a unidade escolar, na pessoa dos gestores, passou a primar por uma educação de qualidade, findando com a ideia de uma escola pública que oferece apenas a educação elementar. (Brasil, PPP 2016)

A equipe escolar formada por funcionários da rede municipal passou a buscar, por intermédio das ações educativas, o desenvolvimento cognitivo do educando e ao

mesmo tempo criando diversas situações de aprendizagem. Entre os membros do corpo docente estava a professora Geralda Divina Lopes Neto que com seu empenho e dedicação ofereceu a comunidade local condições de aprendizagem para cada um dos seus filhos. No ano de 2000 a professora, anteriormente citada, veio a falecer após anos de dedicação ao magistério na referida unidade, onde já tinha como colegas, antigos alunos e até mesmo seus filhos. Em 2006, após a criação do Projeto de Lei, em homenagem a senhora Geralda Divina, pelo seu empenho e dedicação e pelos serviços prestados ao município, a escola foi renomeada e passou a se chamar Escola Municipal Estrela Dalva VII Professora Geralda Divina Lopes Neto. (Brasil, PPP 2016)

Organização administrativa

A organização administrativa de uma Unidade Escolar integrante da Rede Pública de Ensino do Município de Luziânia está explicitamente definida no Regimento Escolar, segundo o qual administrativamente a escola municipal Dalva VII pode ser visualizado no fluxograma abaixo:



As instalações físicas, da escola Estrela Dalva VII constitui-se de três blocos de alvenaria, assim distribuídos: Bloco de Direção, compreendendo uma sala de Direção, uma sala de Coordenação, uma sala de Almojarife com um depósito de

materiais de limpeza e conservação, a Cantina escolar e depósito de alimentos, uma Sala de Vídeo, uma Sala de Professores, um bebedouro e duas salas de aula; o segundo Bloco possui sala de professores, um banheiro para professores e dois banheiros sendo um feminino e um masculino, e um pátio coberto. O terceiro Bloco constitui-se de oito salas de aula com uma biblioteca; entre os Blocos está um pátio coberto, além do estacionamento coberto é um espaço coberto para o projeto Mais Educação. (Brasil, PPP 2016)

Em nível materiais audiovisuais, a escola Dalva VII dispõe dos seguintes: televisores, aparelhos de som e um retro projetor. Informática: computadores e impressoras, que são utilizados na Secretaria e na Direção. O corpo docente é composto de: vinte professores em sala de aula compreendendo os dois turnos (manhã e tarde). Na Coordenação Pedagógica, a Escola conta com o trabalho sistemático de uma coordenadora. A equipe de auxiliares de educação é composta de nove profissionais, que procuram cumprir suas atribuições satisfatoriamente, uma agentes de portaria, um agente de vigilância e cinco cantineiras; assim como a secretaria da escola conta com uma profissional que atendem os dois turnos. (Brasil, PPP 2016)

A Coordenação Geral, esta instituição possui: diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e secretária administrativa. O corpo discente é composto por 453 (quatrocentos e cinquenta três), sendo 217(duzentos e dezessete) no turno matutino e 236(duzentos e trinta e seis) no turno vespertino. Enfim, esta Escola também possui em sua organização: Caixa Escolar, Conselho Escolar e Conselho de Classe como, importantes bases de sustentação para o desenvolvimento de suas tarefas educativas. (Brasil, PPP 2016)

Organização curricular

A comunidade em que a escola está inserida, na sua maioria, é participativa, observadora e atuante nos projetos e atividades propostas por esta instituição escolar. Porém, em alguns casos, a escola se depara com realidade diferenciada o que por vezes pode acarretar em prejuízo no processo de ensino e aprendizagem. A instituição busca proporcionar de forma lúdica a integração da criança através do desenvolvimento dos aspectos biológicos, psicológicos, intelectuais, socioculturais, preparando para a continuidade do processo educacional. Garantindo assim uma transição pedagógica adequada na passagem das crianças do Ensino Fundamental

para as series seguintes, posicionando de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais. (Brasil, PPP 2016)

O desenvolvimento dos conteúdos programáticos é baseado nos Referenciais Teóricos Curriculares, considerando suas peculiaridades, ficando o professor com total autonomia para a escolha dos meios utilizados na efetivação do processo de ensino aprendizagem como: (a) métodos de projetos, pois proporcionam aos alunos uma situação autêntica de vivência e experiência; (b) atividades em grupos, favorecendo a coletividade e o convívio; (c) cantinho da leitura, expondo histórias diversas; (d) aulas interdisciplinares para ampliar a visão da criança sobre diversos assuntos; (e) hora cívica, para que conheçam o Hino Nacional Brasileiro; (f) recreação, promovendo a integração da criança através de brincadeiras, jogos, música; (g) atividades diárias que possibilitem o desenvolvimento da fala, do corpo, do movimento; (h) observações, anotações e reflexões diárias para melhor avaliar o desenvolvimento do aluno e planejar atividades posteriores; (i) trabalho de resgate das culturas antigas; (j) promover a formação continuada aos professores, de acordo com a proposta enviada pela secretaria municipal de educação; (k) aplicar o programa neurocognitivo na turma de classe especial, acompanhado pelo Núcleo de Avaliação e Diagnóstico (NAD). (Brasil, PPP 2016)

Objetivos Escolar

A problematização nos proporciona condições adequadas para promover o bem-estar da criança e seu desenvolvimento integral, estimulando-a, promovendo a sua socialização e enriquecendo sua experiência através de sua adaptação com a comunidade escolar e o mundo que a cerca: (a) ampliar gradativamente suas possibilidades de educação e expressão; (b) conhecer vários gêneros orais e escritos; (c) familiarizar-se com escrita por meio de manuseio de livros, revistas e outros; (d) escutar textos, apreciando a leitura feita pelo professor; (e) interessar-se pela escrita de palavras e textos, bem com pela leitura de histórias, participando de várias situações de comunicação oral; (f) comunicar ideias, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados; (g) explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, ampliando-as; (h) estimular a produção, apreciação e reflexão como um todo; (i) interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo; (j) estabelecer relações entre o modo de vida do seu grupo social e outro e entre o meio ambiente e

formas de vida que ali se estabelecem valorizando a vida humana; (k) propiciar uma vida saudável e de bem-estar para crianças, as famílias e os profissionais; (l) estimular a construção da autoestima, da confiança em si mesmo, da autonomia e do desejo de aprender; (m) oferecer atendimento individualizado aos alunos com dificuldades na aprendizagem; (n) realizar reuniões de pais bimestralmente. (Brasil, PPP 2016)

Fundamentos escolar

Esta unidade escolar tem como propósito promover um ensino de qualidade, fazendo com o que a unidade de ensino seja referência no campo educacional, buscando técnicas inovadoras de aprendizagem, com profissionais dedicados com o desenvolvimento educacional e com a qualidade do ensino ofertado a todas as crianças.

Uma sociedade se forma com homens e livros, visto que a partir do contato de cada pessoa com o mundo da leitura e da escrita é que ele absorve o conhecimento necessário para transformar a sociedade tornando-a igual. Visando primeiramente a igualdade, é que a escola trabalha em prol de um ensino que atenda as necessidades de cada criança, dentro de suas diferenças. Ofertando a cada aluno as mesmas condições de se desenvolverem num lugar único para todas as diversidades.

Tanto a Constituição Federal de 1988 estabelece que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, p. 194)

Observando o ensino, segundo a LDBEN (1996), deve-se analisar que na sociedade atual, a criança deve ser vista como o futuro de amanhã, por isso deve estar preparada para realizar a função na transformação do mundo em que habita. Assim, a escola deve prepará-la para interagir no meio social em que vive, transformando e não tornando em um lugar competitivo. (Brasil, PPP 2016)

A escola é uma instituição social que pode promover mudanças diante de barreiras, diante de práticas no campo de conhecimento, das atitudes e dos valores de articular e desarticular interesses. A instituição é a principal fonte do homem como formador de uma sociedade multidimensional, responsável pela qualidade no

contexto social em que vivem. Dessa forma a educação deve se direcionar profundamente na construção da formação dos indivíduos com maior humanização, e produzir conhecimento para agir no mundo como autor e não como espectador. (Brasil, PPP 2016)

Os conhecimentos que cada um traz consigo também deve ser levado em conta seu meio social. Cada criança deve ter seu tempo de aprendizagem, isso vai depender de cada um. Evidenciando esse fato, é muito importante o estímulo do professor. Segundo Piaget (1971), a criança possui quatro estágios de desenvolvimento: Senso motor: de zero a seis anos, constituído pela ação e experimentação; Pré-operatório: de dois a sete anos, a leitura da realidade é parcial e incompleta, valoriza os aspectos visuais; Operações concretas: de sete a doze anos, período em que a lógica começa a desenvolver e do seu modo diferencia aspectos da realidade; Hipotético-dedutivo: já usa a lógica e consegue imaginar coisas e situações jamais vivenciadas por elas. (Brasil, PPP 2016)

Avaliação escolar

Deve-se avaliar o que é ensinado ao aluno, mas ao modo que o professor oriente primeiramente ao aluno, assim possibilitando reflexões e ações que atendam o alunado da escola. Segundo Luckesi (2002), a avaliação seja pontual ou contínua, só faz sentido quando leva ao desenvolvimento do educando. (Brasil, PPP 2016)

O desenvolvimento do aluno é a principal proposta da educação, onde as avaliações devem ser processuais e contínuas, para verificar as falhas e dificuldades dos alunos. Essas avaliações devem ocorrer diariamente, por meio de atividades individuais e em grupo, e por meio de uma avaliação bimestral escrita. Onde a avaliação bimestral tem valor 7.0 e a atividades diárias 3.0. Todos os resultados são alcançados são lançados em uma ficha individual e no boletim; no ciclo de alfabetização existe também um ficha de desenvolvimento do aluno em diferentes áreas. E a cada bimestre é feita uma sondagem para verificar os níveis do conhecimento e modificar as metodologias. (Brasil, PPP 2016)

3.2 Descrição e Análise da Pesquisa

A Presente pesquisa foi realizada no decorrer do segundo semestre de 2016, onde foi observado a rotina da sala de inclusão parcial no turno matutino, na Escola Municipal Estrela Dalva VII, Professora Geralda Divina Lopes Neto, com a

Professora de inclusão parcial Daquina de Assis Rocha, a professora que trabalha na escola a 24 anos e na inclusão parcial a 6 anos, ela tem formação em Psicopedagogia.

No dia 03 de novembro de 2016, às 10h00min foi feita uma entrevista com a professora Daquina, no sala de professores da escola citada acima, no qual, as perguntas e respostas fora gravadas em áudio, e as palavras da entrevistada foram escritas aqui na integra para melhor entendimento.

Através de uma entrevista foi perguntado para a professora como se da o processo de inclusão de alunos especiais na escola? Ela respondeu que:

os alunos cuja existe um laudo Medico, comprovando alguma Necessidade Educacional Especial, são separadas dos alunos ditos Normais e colocados em uma sala de chamada de inclusão parcial, no qual leva este nome por os alunos não estarem em uma sala com os demais alunos da escola. Nesta sala só é permitido 8 alunos, onde é trabalhado o conteúdo com as crianças de acordo com o seu grau de aprendizado. Os conteúdos vêm da Secretaria Municipal de Educação em uma grade curricular, dividida em ciclos. Os alunos são avaliados por meio de relatórios. O processo se da desta maneira pois a prefeitura não possui pessoal para ficar em sala de aula com o aluno Especial, como apoio, pois há uma grande quantidade de alunos em todo município.

Segundo Carvalho, as leis e discursos garantem os direitos, mas não há o que assegure que estão esses sendo cumpridos Pois, mais que prever é necessário prover recursos de toda a ordem, fazendo com que os direitos humanos sejam respeitados. São inúmeras as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, fazendo com que as escolas de qualquer natureza, acolham as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas. (2004, p. 77).

Para que a inclusão de alunos com Necessidades Especiais Educacionais no sistema regular de ensino aconteça, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública, há muito a ser acrescentado. É preciso que haja políticas publicas voltadas especialmente para esses alunos e para a sua inserção na comunidade escolar, abrangendo tanto o meio educacional como também o social destes alunos.

Foi feita também a seguinte pergunta: Há recursos pedagógicos específicos para o processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais? A resposta dela foi que: Seria ou melhor é muito importante essas matérias, no entanto ela (A escola e os alunos) não tem acesso a esses, os que possuem são adquiridos ou feitos pela própria professora com recursos próprios.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 no capítulo V, art.58: 1º aponta que quando necessários os serviços de apoio especializado nas escolas regulares, o atendimento educacional será feito em lugares com serviços especializados, quando em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Tendo recursos pedagógicos específicos para cada Necessidade Educacional Especial seja suprida no âmbito pedagógico.

No entanto, não é assim que acontece na prática diária das escolas, que enfrentam grandes dificuldades, quando se trata de recursos pedagógicos para os alunos especiais, no qual, os professores e toda a gestão escolar tem que agir com recursos próprios para um melhor resultado educacional. Sendo que a previsto em lei todo apoio e suporte para esses alunos e melhor capacitação e condição de trabalho para professores.

A última pergunta foi a seguinte: Quais e como são utilizados os Recursos Tecnológicos disponibilizados pelo governo para o processo de inclusão do aluno? Resposta foi que estamos bem jogados (professora e alunos) , na escola existe a sala de informática que ficou desativada mais de 3 anos, agora o pessoal da secretaria de educação teve na escola e religaram os computadores mas não foi instalado nenhum programa específico para esses alunos, são no total de 23 computadores funcionando mas apenas 8 possui acesso a internet. Não há pessoas responsáveis pela manutenção de instalação de programas voltados aos alunos especiais. A professora ainda diz:

Quando eu como o professora levo meus alunos para a sala de informática eu que procuro jogos online que possam estimular esses alunos, pois é algo que eles gostam bastante.

A LDBEN de 1996, o MEC e Estatuto da Criança e do Adolescente garantem em seus documentos a utilização de recursos para a melhoria da educação especial.

Com base nas respostas coletadas com a presente pesquisa, podemos perceber que a questão da tecnologia contemporânea na educação especial, ainda está engatinhando. Para os professores desta área é bastante interessante e inovador, porém não há apoio do poder público e muito menos investimento. Um campo da Educação importante para o desenvolvimento educacional, que precisa de uma atenção política especial, para que transforme vidas e desenvolva cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão (TC), no primeiro capítulo faço um breve histórico do tema, abordando como surgiu as tecnologias contemporâneas voltadas para a Educação Especial. No segundo capítulo foi realizada uma abordagem teórica, onde esclareço os principais conceitos existentes desta temática; os autores que a defendem e a metodologia (pesquisa qualitativa) utilizada para a coleta de dados. Por fim, no terceiro capítulo, encontra-se a descrição e análise da pesquisa, contendo também a diagnose social da escola onde foi feita a pesquisa de campo sobre o assunto abordado neste trabalho.

Vivemos em um momento que se fala mundialmente na inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, na rede regular de ensino. No entanto, não é suficiente apenas acolher esses alunos, é preciso que ele tenha condições de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Pode-se concluir que a educação especial e tecnologia podem caminhar lado a lado rumo a inclusão, e que trabalhando com a tecnologia correta para cada caso, pode-se diminuir a exclusão e mostrar que não são apenas padrões físicos que devem ser levados em conta, mais sim éticos, morais e intelectuais. Uma pessoa com deficiência pode realizar muitas tarefas, só que para isso muitas vezes necessitará de uma ferramenta, a tecnologia assistiva. Portanto não importa como você faz algo, mais sim o que faz e como supera as dificuldades.

O uso de recursos pedagógicos específicos ou adaptados é uma ferramenta importante no processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, utilizado de forma consciente e criativa, direcionado às necessidades de cada aluno, ampliando assim suas possibilidades de inclusão e desenvolvimento educacional. As tecnologias contemporâneas vêm servindo de apoio para as limitações físicas e intelectuais, aumentando a qualidade de vida e a participação na sociedade.

O presente trabalho teve por objetivo o estudo das tecnologias contemporâneas na Educação Especial. Tendo como foco principal as crianças com Necessidades Educacionais Especiais e sua inclusão na escola, por meio de recursos tecnológicos. Enfim conclui-se que as tecnologias assistiva tem muito a

oferecer aos alunos em modo geral e ainda mais aqueles com Necessidades Educacionais Especiais, no entanto é preciso maior investimento do poder público.

Com a observação da turma de inclusão parcial e entrevista , foi analisado que a teoria e pratica não estão andando juntas causando prejuízos graves para a educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Pois há documentos e leis apresentados neste trabalho que garantem ao aluno especial uma educação de qualidade , que no entanto nesse escola em especial não esta ocorrendo conforme deveria, pois todos os efeitos obtidos são fruto da dedicação de professores e gestores da escola sem o apoio de politicas publicas.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. 4. ed. Santana de Parnaíba: Lexikon, 2004.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Tecnologia e acessibilidade. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

BAHIA. 1998 Disponível no site: http://professorsantiagodantas.blogspot.com.br/2010/08/tecnologia-transforma-o-ambiente_16.html. Acesso em; 06 de agosto de 2015.

BRANDÃO, Carlos Henrique. Artigo: O que é Educação, 2010.

BRASIL. CNE/CEB n° 4/2009 Resolução n° 4, de 2 de outubro de 2009.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: IBGE, 2014. Disponível no site: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 08 de novembro de 2016.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução n° 2, 11-9-01, e Parecer n°17, de 3-7-01.

_____. Ministério de Educação. LDB - Lei n° 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério de Educação. MEC 1957 Disponível no site: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>. Acesso em 18 de março de 2016.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução n° 2, 11-9-01, e Parecer n°17, de 3-7-01.

_____. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Esplanada dos Ministérios, Bloco L, sala 500 CEP: 70.047-900 – Brasília-DF Tel. (061) 2104-8612/8613 Fax: (61) 2104-9269.

_____. Secretaria de Educação Especial, Brasil. Ministério da Educação. Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência física. [livro] Brasília:MEC;SEESP,2002, P. 69.

BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. 2. ed. 2008. Disponível em: <no site: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/07/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CARVALHO, Maria Campos de; RUBIANO, Marcia R. Bonagamba. Organização do espaço em instituições pré-escolares. In: OLIVEIRA, Z. M. R. (Org.) Educação Infantil: muitos olhares. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUI. Marilena. Convite à Filosofia. Ática, São Paulo, 2000.

CLAUDIA, Regina Mosca. As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

CLAUDIA, Regina Mosca Giroto; ROSIMAR, Bortolini; Poker & Sadao Omote (Org.) Oficina. Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

CONFERÊNCIA. Mundial de Educação para Todos. Declaração Mundial de Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. Mudanças da cultura docente em um contexto de trabalho colaborativo mediado pelas tecnologias de informação e comunicação. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 152-165, jan./abr. 2008.

Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica.

FERNANDES. Educação para todos -- Saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção à pessoas portadoras de deficiências. Revista do Benjamim Constant, 5 (14), pg. 3-19, 1999

GLAT, R; FERREIRA, J. R; OLIVEIRA, E. da S. G. & SENNA, I. A. G. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003. Disp. Em: www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva. Acessado em nov./2003.

GONZÁLEZ, José Antonio T. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LAUAND, G. B. do A.; MENDES, E. G. Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para indivíduos com necessidades educacionais especiais. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; HAYASHI, M. C. P. I. (Org.). Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES - PROESP, 2008. p. 125-133.

LDBEN n° 9.394/96. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Aceso em: 15 jun. 2015.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

LUFT, Celso Pedro. Língua e Liberdade. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

LUZIÂNIA. Estado de Goiás. Plano Político Pedagógico: Escola Municipal Professora Geralda Divina Lopes Neto. 2016

MINGUET, Pilar Aznar. A construção do conhecimento na educação. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PIAGET, L. E. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

PORTAL DA EDUCAÇÃO: Disponível em:
<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/71914/tecnologia-educacional-uma-ferramenta-a-favor-do-ensino#ixzz45pFzruKu>. Acesso em: 25 out. 2015.

PORTAL EDUCAÇÃO. Cursos Online: Mais de 1000 cursos online com certificado. Disponível em:
<<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/71914/tecnologia-educacional-uma-ferramenta-a-favor-do-ensino#ixzz45pljmif5>>. Acesso em: 25 out. 2015.

RODRIGUES, Armindo J. Apud RIBEIRO e BAUMEL (2003) Disponível no site: http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_ora_l_idinscrito_115_5eb4d7a355a0ec3bdc18be7fc821a268.pdf. Acesso em 14 de abril de 2016.

SANTAROSA, Lucia Maria Costi; CONFORTO, Débora. Formação de professores em tecnologias digitais acessíveis. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

SANTAROSA, Lucia Maria Costi; CONFORTO, Débora; VIEIRA, Maristela Compagnoni. Acessibilidade na formação de professores a distância: um estudo de caso das dimensões técnica e pedagógica. Porto Alegre: Evangre, 2014. 2000p.; Il. Color.: 25 cm.

APENDICE

Perguntas do roteiro de entrevista?

- 1) Como se dá o processo de inclusão de alunos especiais na Escola?
- 2) Há recursos pedagógicos específicos para o processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais/
- 3) Quais e como são utilizados os recursos Tecnológicos disponibilizados pelo governo para o processo de inclusão do aluno?

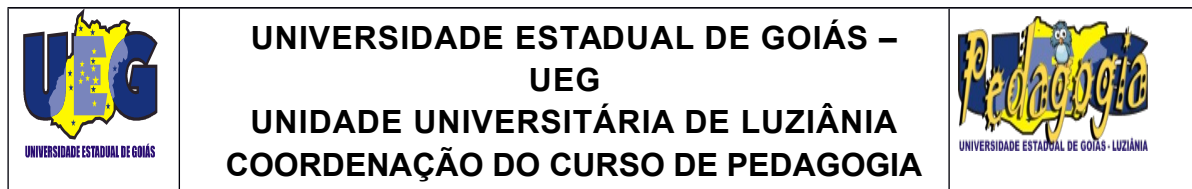
ANEXOS

QUESTIONÁRIO APLICADO ENTRE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LUZIÂNIA - GO

Acadêmica: _____

Prezado (a) Professor (a), _____
Este questionário é parte integrante da pesquisa sobre: _____, o qual faz parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito obrigatório para a obtenção da Licenciatura Plena em Pedagogia na UEG (Universidade Estadual de Goiás) – Campus Luziânia, sob orientação do Prof. Dr. Jorge Manoel Adão.

ANEXO “A” – Carta de Apresentação Acadêmica



Prezado (a) Sr (a): _____

Diretor (a): _____

Eu, _____, acadêmica da Universidade Estadual de Goiás – UEG - Campus Luziânia, situada à Avenida do Trabalhador, Gleba - B4, Bairro Industrial de Luziânia, do CURSO DE PEDAGOGIA, estou realizando uma pesquisa com o tema: _____ sob a Orientação do Professor Dr. Jorge Manoel Adão e solicito autorização para ‘realizar a coleta de dados nessa Instituição.

Informo ainda que, todas as informações serão mantidas em sigilo e terá somente finalidade acadêmica de apoio a pesquisa. Agradeço, antecipadamente, a atenção dispensada e me coloco à sua disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Respeitosamente,

Assinatura do Pesquisador

Declaração de Autenticidade

Neste documento eu, _____ declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todos as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei nº 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

Luziânia _____ de novembro de 2016.

(Assinatura do discente)